

Lei aprovada em SP garante avaliação individualizada para alunos autistas e outros transtornos de desenvolvimento

A regra vale para todos os níveis de ensino - do fundamental ao superior.



Uma lei aprovada em São Paulo está garantindo avaliação individualizada para alunos autistas e com outros transtornos de desenvolvimento.

Foi dentro dos muros de uma das mais tradicionais faculdades do país que se deu um avanço nas normas de **inclusão**.

Começou com o Silvano, aluno do último ano de direito da **Universidade de São Paulo**.

"Todos os meus professores, meus colegas falavam: Silvano, você é brilhante, você é inteligente e as notas não demonstravam isso", diz **Silvano Furtado**.

Ninguém entendia...até que, em 2020, ele descobriu que é autista. E que por isso não reagia ao sistema de provas como os outros alunos.

"Eu fiz todo o curso com frequência total 100% de frequência mas chegou no momento da avaliação e eu decidi que eu não queria passar por esse estresse", diz.

Silvano foi atrás do direito de se formar.

"Eu sabia que eu tinha tanta capacidade quanto os meus colegas. Eu preciso que as adaptações sejam feitas", lembra.

O pedido dele foi atendido e virou norma dentro da faculdade. **Alunos com diagnóstico de transtorno do espectro autista** podem escolher como querem ser avaliados.

"Essa política de acessibilidade pedagógica surge por meio de demanda de alunos que tem uma capacidade de rendimento, que tem um talento e que tem todo mérito de estar na universidade e que isso tem que ser mais do que respeitado isso tem que ser desenvolvido, diz Ana Elisa Bechara, vice-diretora da **Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo**.

Não existe só um tipo de avaliação para pessoas autistas.

- Algumas, por exemplo, têm dificuldades para falar em público, na frente de outros alunos, ou participar de debates valendo nota.
- Preferem escrever, entregar trabalhos extensos.

- Outras são o oposto: se expressam melhor falando do que em uma prova dissertativa. Por isso o sistema de avaliação tem que ser individualizado.

No estado de São Paulo, isso agora é lei, e vale para todos os níveis de ensino - do fundamental ao superior.

O texto nasceu da vivência de **Arthur Ataíde**, autista e estudante do segundo ano de medicina.

"Eu precisei brigar muito desde pequeno, meus pais, eles brigavam muito com a minha escola para eu poder fazer coisas simples como provas com tempo adicional ou até a substituição de provas por trabalhos quando fosse necessário, só que a maioria das pessoas autistas mesmo reivindicando muito mesmo, brigando muito, não tem acesso a esse direito", **diz Ataíde**.

Guilherme de Almeida, pedagogo e presidente da **Associação Nacional para Inclusão das Pessoas Autistas** diz que mudar o jeito de avaliar não significa "pegar mais leve".

"Não vai haver um enfraquecimento do que é exigido do aluno. O que vai haver é uma flexibilização para que o aluno demonstre que compreendeu aquele conteúdo de uma forma em que ele se faz melhor compreender. "

O **Arthur** diz que a mudança no sistema de provas é um teste pra vida.

"Você vai trazer essa autoestima para além dos campos da escola, para além dos campos da universidade. Ele vai ser uma pessoa muito mais segura dentro do mercado profissional, vai ser alguém muito mais seguro na hora de realizar um desejo de constituir uma família ou de participar da sociedade de diversas outros modos."

Por Jornal Nacional

30/09/2023 21h07 Atualizado há um mês